



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Trabalho profissional.

DIMENSÃO RELIGIOSA E ÉTICO-POLÍTICA NA FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL NO SÉCULO XXI: TEMAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Pollyanna de Souza Carvalho¹

Letícia Machado de Araujo²

Verônica Gonçalves Azeredo³

Resumo: A finalidade do trabalho é tecer considerações a respeito da formação e trabalho dos assistentes sociais em um cenário onde o neoconservadorismo incide sobre a perspectiva de princípios religiosos e ético-políticos. Tal discussão dialoga com pesquisas realizadas em diversos estados do país, seguidas pelo eixo religião e serviço social, cujos sujeitos analisados foram estudantes e profissionais da área. A aproximação com a temática aponta para as experiências de cunho religioso e a forma como estas impactam as divergentes esferas de atuação profissional e o quanto tais vivências tendem a corroborar para a manutenção de ações e práticas revestidas de conservadorismo.

Palavras-chave: Assistente Social; Trabalho; Projeto ético-político; Religião.

Abstract: The objective is to make considerations about the formation and work of social workers in a context where neoconservatism focuses on the perspective of religious and ethical-political principles. To this end, sources of research carried out in several states of the country were explored, cut by the religion and social service axis, whose investigated subjects were students or professionals in the area. The approach to this topic points to the religious experiences and how they impact the different spheres of professional activity and how much these experiences tend to corroborate for the maintenance of conservative practices and practices.

Keywords: Social Worker; Job; Ethical-political project; Religion.

Introdução

A discussão apresentada se destina a analisar e problematizar a dimensão religiosa e ético-política que atravessam o perfil de acadêmicos de Serviço Social e assistentes sociais nos mais diversos espaços socio-ocupacionais, sem desconsiderar a variável de gênero. A finalidade desse trabalho é tecer alguns fatores que proporcionem indagações sobre como é possível associar o moralismo religioso com os princípios ético-políticos da profissão.

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <pollyannacecf@gmail.com>.

² Estudante de Graduação. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <pollyannacecf@gmail.com>.

³ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <pollyannacecf@gmail.com>.

Para tal proposta, recorreu-se a uma pesquisa bibliográfica, como procedimento metodológico, investigando teorias e pesquisas realizadas no território brasileiro, delimitadas pelo eixo religioso, cultural e ético-político no âmbito do Serviço Social, tendo em vista que os entrevistados se constituíram em assistentes sociais e estudantes da área. Dessa forma, tais pesquisas e discussões foram dirigidas por Abreu (2011), Barroco e Terra (2012), Dutra (2015), Faleiros (1985), Maia e Silva (2011), Neris (2008), Netto (1996; 1999), Portella (2006), Rosendahl (2005), Santana e Matos (2015), Silva (2007) e Simões (2007; 2008; 2009). Alinhado a esse procedimento metodológico, constitui fonte importante a pesquisa sobre perfil profissional de assistentes sociais, realizada pelo CFESS (2005).

Destaca-se que as contribuições socializadas são frutos da pesquisa intitulada “Trabalho do Assistente Social no Norte e Noroeste Fluminense: determinações sócio-políticas e culturais” e se caracteriza como um sub-projeto que integra o projeto “Guarda-chuva” autenticado “Mercado de Trabalho e Espaços Sociocupacionais do Serviço Social nas regiões Norte e Noroeste Fluminense”, com fomento da FAPERJ. Refere-se a uma experiência de colaboração entre grupos de pesquisa da UFF-ESR, com parceira do Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Profissão do Programa de Estudos pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP.

Que essas reflexões possam auxiliar àqueles que desejam se dedicar e se aproximar da temática em tela.

Desenvolvimento

Ao debruçar-se sobre a religiosidade na contemporaneidade, Maia e Silva (2011, p. 2851) apontam que, após os últimos anos do século XX, emergiram uma sucessão de acontecimentos que desencadearam alterações significativas no Brasil, no que tange à área social, política, cultural e religiosa. Isto é, apareceram eventos que perpassaram tanto pelo período militar ditatorial quanto pela revolução de cunho sexual, acarretando novos valores, crenças e condutas para os sujeitos sociais, culminando, também, em transformações para os indivíduos e a sociedade.

Em relação ao âmbito religioso, os eventos perpetraram-se pela “dança” ou “trânsito” de parcelas de convertidos às igrejas e pelos novos atos religiosos nas Igrejas de caráter tradicional e/ou de missão, originárias das Igrejas Pentecostais. Neste universo, a religião se comportaria como o porto seguro, a esperança de novas oportunidades e caminhos, sobretudo de antecipar o dia seguinte, já que nada poderia acontecer sem o saber e determinação de Deus. Assim, a procura e a participação em Instituições Religiosas que celebravam os sentimentos e emoção transfigurara o caminho a ser percorrido por muitas pessoas (MAIA; SILVA, 2011).

As referidas autoras evidenciam que os sujeitos sociais têm procurado satisfazer suas necessidades materiais e espirituais num quadro de fragilização das relações sociais e afetivas, corroborada pelo rápido processo de modernização, que passa a garantir a exclusividade ao individualismo e a competição entre os indivíduos. Soma-se a esses fatores, a noção de que a modernidade tem ocasionado insegurança na vida das pessoas, culminando numa instabilidade interna e externa, no tocante aos arrependimentos, desemprego e problemas físicos e/ou mentais (MAIA; SILVA, 2011, p. 2854-2855).

Portella (2006) pondera, nessa perspectiva, que, dentro de um espaço religioso, existem especialistas que detêm o monopólio da construção do discurso e de doutrina, o que se constitui em verdadeiro e normativo. Dessa forma, ocorre a institucionalização da legalidade do discurso, que é canalizado pelo grupo de especialistas, alienando os sujeitos sociais leigos de legitimidade em seu discurso.

Nesse ângulo, a religião se comporta como “um feixe de signos de linguagem que vem a construir um determinado imaginário de mundo com seus sentidos” (PORTELLA, 2006, p. 568).

A essa leitura, Bourdieu (2004 apud NERIS, 2008, p. 11) acrescenta que é importante não somente a natureza da mensagem religiosa para os indivíduos, mas a sua habilidade de satisfazer uma demanda específica, quer seja religiosa e/ou ideológica. Igualmente para o pensador, quando se relaciona o âmbito religioso com a formação social, revela-se que a ordem dos sistemas de representações e hábitos religiosos inclinam-se à função de um canal de imposição e legitimação da dominação (BOURDIEU, 2001, p. 94 apud NERIS, 2008, p. 11).

Destarte, a instituição religiosa, a partir de uma ação homogeneizante, empenha-se em produzir nos leigos um *habitus* religioso que corrobore na assimilação, básica que seja, da produção de cunho oficial. Nesse contexto, a título de exemplo, a religiosidade popular brasileira (re)interpreta discursos oficiais, se apropriando em uso próprios dos mesmos, modificando-os em seu interior e lhes oferecendo uma nova moldagem, sentidos e significados (PORTELLA, 2006, p. 573).

Através desses elementos, cabe indagar: por que interessa-nos conhecer como esse moralismo religioso difundido na sociedade brasileira interpela o perfil de assistentes sociais e acadêmicos da área?

Primeiramente, é possível inferir que, por mais que um segmento possa influenciar condutas e comportamentos, o uso que se implementa dos discursos e doutrinas da instituição de caráter religiosa é sempre uma utilização particular dirigida pelas necessidades e vivências dos indivíduos. Cabe destacar, também, que as pessoas habitualmente estão submetidas a um espaço religioso por meio de sua liberdade e não de uma dominação cega (PORTELLA, 2006, p. 575-576).

Comprometida com essa discussão, Rosendahl (2005), ao elucidar sobre a religião, ressalta a mesma como um sistema de símbolos sagrados e seus significados, relacionada à produção, ao consumo, às correlações de forças, aos territórios e aos sujeitos sociais, em suas perspectivas econômica, política e espacial. Por isso, o território se imbrica nessa dinâmica, sobretudo com o advento do catolicismo no Brasil, em que as Instituições Católicas vêm conservando uma unidade político-espacial. O território retrata, além da dimensão política, um evidente caráter cultural, essencialmente quando os agentes sociais são oriundos de segmentos étnicos, religiosos ou de outras identidades (ROSENDAHL, 2005, p. 12933).

Nesse sentido, parte-se do pensamento de que o movimento religioso não seria somente um resultado ao processo de secularização que se difundiu por uma sociedade que se modernizou e se urbanizou, subsumindo os valores morais e éticos aos interesses privados e mercantis, permutando Deus à abertura da ciência, ou seja, pela razão de cunho técnico e científico. Posto isso, as relações sociais

perpassaram por comportamentos e condutas assentadas no imediato e na superficialidade dos sentimentos, sendo insensíveis aos diferentes segmentos populacionais, que se reproduzem e sobrevivem em condições subalternas (MAIA; SILVA, 2011, p. 2852).

Cabe enfatizar, ainda, que a territorialidade religiosa se remete ao agrupamento de práticas desempenhadas por instituições ou segmentos no que toca ao controle de um espaço social, onde o resultado do poder sagrado reverbera uma identidade de fé. Nesse ínterim, é através de geossímbolos que a religião de um segmento desenha traços que identificam e determinam um dado território, logo o mesmo perpetra a um caráter cultural (ROSENDAHL, 2005, p. 12934).

Na via destes detalhes, recordar-se-á sobre a historicidade do Serviço Social, no século XX, como um curso inserido em um espaço social banhado pelas matrizes confessionais vinculadas à Igreja Católica. Assim, a profissão manifestou-se como alternativa de qualificação do laicato da referida Igreja que, sob os auspícios do desenvolvimento da malha urbana, vinha expandindo sua ação caritativa à classe subalterna, com a finalidade de ampliação da prática ideológica aliada aos trabalhadores urbanos e suas famílias. Buscou-se, com isso, responder ao imperativo da justiça social e da caridade, em observância à missão política do apostolado de cunho social, em virtude do projeto de cristianização da sociedade civil organizada, cuja princípio de justificação se relaciona à Doutrina Social da Igreja (SILVA, 2007).

Em contraponto a esses fatores, a emergência das instituições e a expansão do mercado de trabalho do Serviço Social ocasionou a possibilidade de rompimento com essa herança confessional, conquistando, assim, um trabalho mais institucionalizado (SILVA, 2007).

No entanto, presencia-se, no contexto atual, com a expansão do neoconservadorismo, em especial após a década de 1990, no Brasil, a disseminação de princípios religiosos, sobretudo no “trânsito” de convertidos, tendo profissionais de Serviço Social reproduzindo, não somente para os usuários, mas no seu campo socio-ocupacional, os valores religiosos em dissonância com os marcos legais e ético-políticos da profissão. Esse ideário, como é sabido, não se

coaduna com período de criticidade contra o conservadorismo, percebido no Movimento de Reconceituação (1965-1975) do corpo profissional.

Diante disso, como o trabalho e formação de assistentes sociais reverberam na contemporaneidade, tendo como parâmetro as formas de sociabilidade banhadas pelo neoconservadorismo e pela difusão de princípios religiosos, em um plano dialético com o projeto ético-político da categoria profissional?

Para Simões (2008, p. 47), precisa elencar, no que tange ao perfil profissional, as justificativas para a inserção na profissão. O primeiro pressuposto se direciona aos valores religiosos, políticos, de origem do ser social e de gênero, que estão no pilar da explicação para a escolha pelo Serviço Social. O segundo reflete a procura de ascensão social e prestígio de assistentes sociais.

Não por acaso, em uma pesquisa realizada pelo mesmo autor acerca do perfil de estudantes de Serviço Social da UFRJ, entre 1996-2004, constatou-se que os universitários possuem características bem definidas no que tange ao pertencimento religioso, participação em entidades religiosas, cívico-políticas e até mesmo voluntárias-assistenciais (SIMÕES, 2007, p. 178).

Assim, os universitários evangélicos (76,6%) são os mais participativos no âmbito religioso, acompanhados por católicos (51,1%) e espíritas (33,1%). Além de que, analisa-se que os estudantes não deixam afora os valores religiosos absorvidos por meio de suas famílias e de suas socializações, antes do momento de se inserirem na academia (SIMÕES, 2007).

Nesse fluxo de análise, consegue-se também observar a vinculação entre o pertencimento religioso e a participação política. Apenas 10% dos universitários religiosos, independente da religião que sigam, possuem alguma participação no bojo político. Cabe frisar que a porcentagem dos universitários que não “possuem religião” perpetrados em uma instituição cívico-política se direciona ao dobro do que os grupos religiosos (SIMÕES, 2007, p. 180).

Outrossim, interessa-nos compreender que 85% dos estudantes religiosos, num tempo dos 10 anos explorados, a religião e o “espírito voluntário” são predominantes em face à política. É nesta vertente que eles se debruçam, mesmo que seus debates sejam atravessados por categorias, chavões ou noções de cunho

político. Nesse ângulo, a perspectiva de “ser cidadão”, de cidadania, de acato às autoridades etc. são perpassados, na maioria, por um senso cívico-religioso e não cívico-político (SIMÕES, 2007).

Ressalta-se, que os fundamentos morais, no tocante à ação social de universitários, direciona-se, essencialmente, à formação de caráter cristã, que os estudantes absorveram em suas socializações primárias (SIMÕES, 2007, p. 188). O autor ainda expressa:

O ethos profissional relaciona, assim, gênero (feminino), religião e voluntariado. Se a maioria dos alunos está afinada com este ethos, deve-se considerar também que, no interior da profissão e entre os alunos, não deixa de existir um grupo minoritário “sem religião”. Este grupo é caracterizado por ter vínculos mais fortes com a política e maior engajamento nas relações associativas de cunho cívico-político do que os demais, embora compartilhem, em alguma medida, de valores religiosos (SIMÕES, 2007).

Portanto, afirma-se, através da pesquisa feita por Simões (2007, p. 187), que existe uma predominância de universitários religiosos no curso de Serviço Social, chegando a 88,9%, e que muitos deles, 62,4%, têm participação nas instituições mencionadas. Sendo que a maior participação ocorre no bojo religioso (49%), acompanhado do trabalho voluntário (36%) e do âmbito cívico-político (11,5%) (SIMÕES, 2007).

Contabilizando a problematização em tela, Simões (2009, p. 118), em outra pesquisa feita com estudantes de Serviço Social no Rio de Janeiro, demonstrou que tanto em 1999 como em 2006-2007 existiam cinco justificativas centrais para o ingresso no curso mencionado, tais como a adequação às aptidões pessoais, totalizando 46,5% de universitários; a vontade de ajudar as pessoas, chegando a 13%; indicação de outrem da área, em 8%; pouca concorrência no vestibular, atingindo 5%; por último, o mercado de trabalho, em 5%.

Vale mencionar que o curso de Serviço Social é viável para os segmentos sociais que o procura: predominantemente marcado pelo recorte de gênero feminino, religioso e de baixo status social. O Serviço Social transforma-se, assim, numa manifestação de ambições e dos valores do corpo profissional, sobretudo, da utopia viável para o grupo social que o engloba (SIMÕES, 2009).

Se insere à discussão a perspectiva de gênero, uma vez que Santana e Matos (2015, p. 48) identificam que a mulher, na esfera privada de sua vida, opera, historicamente, com várias tarefas como: cuidar, educar e organizar. Assim, esse cenário desencadeia influência na vida particular e profissional, ou seja, na esfera pública, tendo em vista que essas ações auxiliam para a tomada de decisão para planejamentos futuros.

Conectado com essa concepção, segundo o CFESS (2005), a categoria profissional de Serviço Social possui 97% em seu quadro de mulheres. Sendo assim, além das atribuições conhecidas como “femininas” que integram o perfil do curso de Serviço Social, a formação política dessas profissionais não se manifesta em uma participação concreta em entidades de caráter cívico-político (SIMÕES, 2007).

O fato talvez resida no debate de que profissões reconhecidas como femininas estão relacionadas aos valores humanitário-religiosos que se vinculam às tarefas na esfera privada da vida feminina, como o cuidado, o altruísmo, a educação, entre outros elementos (SANTANA; MATOS, 2015).

Tais processos podem ser averiguados através da pesquisa realizada pelas mesmas autoras com profissionais de Serviço Social em Aracaju/SE (2009). Nesse intento, as assistentes sociais relataram que o serviço social é tido como um curso de ajuda, auxílio e trabalho em obras sociais, numa dimensão caritativa e assistencialista para a camada subalterna, chegando a 86% das entrevistadas. Essa realidade não se coaduna com 4% do grupo minoritário que abordou o mercado de trabalho, como também os 10% que não buscaram o conceito (SANTANA; MATOS, 2015).

Seguindo-se nessa investigação, a socialização religiosa das profissionais foi verificada nas frequências, de forma semanal, em 34%, e mensal, 26%, à Igreja, somente 13% só vão ao mesmo lugar para eventos. É imprescindível pontuar que essa socialização religiosa é oriunda desde a vida jovem e infantil, com as idas ao catecismo, missas, grupos formados por adolescentes, instituições de cunho religioso etc. Quando indagadas(os) sobre a religião, 69% afirmaram que são católicas(os), 10% são protestantes, 4% espíritas e seguidos pelos evangélico

(cada). Além disso, assinala que a educação religiosa é um fator relevante na origem das famílias das entrevistadas, demonstrando uma totalidade de 87% (SANTANA; MATOS, 2015).

A pesquisadora Dutra (2015) também desempenhou outro estudo com assistentes sociais no Norte do Paraná, em 2012. Constatou, acerca da frequência em práticas religiosas, que 45% relataram ir uma vez por semana, 23% frequentam ocasionalmente, 24% frequentam mais de um dia por semana e 18% visitam com intervalos mais altos no tocante a um mês. Destaca-se que, 68% vão à Igreja desde a fase da infância e 32% operam em ações ofertadas pela Igreja. Sobre a questão de haver no espaço socio-ocupacional a presença de símbolos religiosos, 44% afirmaram, porquanto 56% relatam que não. Foi indagado, ainda, quais objetos eram presentes e 35% direcionaram-se à bíblia, 17% a calendários com imagens religiosas, 12% identificaram a cruz. Também indicaram altar e imagens, em 12%, acompanhados de livros de cunho religioso em 6% (DUTRA, 2015).

Pelas lentes desse diálogo, a referida autora também investigou se os entrevistados faziam alguma relação entre o âmbito da religião e os impasses sociais os quais atravessam o trabalho profissional todo dia. Na sua totalidade, a resposta foi afirmativa. Estas se redimensionam a culpabilização dos sujeitos sociais por não acompanharem alguma religião, ocasionando as implicações sociais apresentadas e a vontade divina como justificativa às condições mencionadas (DUTRA, 2015, p. 08).

Surpreendentemente, os entrevistados nessa pesquisa relataram que fazem orações para os usuários dos serviços socioassistenciais de maneira particularizada, mais ainda de dar o “encaminhamento” com a finalidade de que o usuário ore e siga alguma religião e/ou instituição (DUTRA, 2015).

Ademais, salienta-se que os profissionais de Serviço Social têm procurado cotidianamente uma orientação para o seu trabalho em relação à religião. Dessa forma, isso tem se expressado nas orações antes de começar o trabalho profissional, nas leituras de caráter bíblica e entre outros elementos existentes no campo, como os símbolos religiosos. A pesquisa demonstrou, ainda, que a imagem socialmente atribuída da profissão – como caridade e ajuda feita nas instituições

religiosas –, foi, entre outros motivos, a escolha do curso superior dos entrevistados (DUTRA, 2015, p. 10).

Compondo ainda o debate, Simões (2008, p. 51) acrescenta que, na ação de assistentes sociais, há um contrato social acordado entre o usuário e assistente, existe junto uma ação tutelar. Desse modo, os profissionais de Serviço Social, e até se referindo aos agentes sociais responsáveis pela política de Assistência Social, ao trabalharem na procura de defesa dos direitos de seus usuários, podem desempenhar, também, uma proteção, assegurando a figura de “pai” ou de “mãe” (SIMÕES, 2008, p. 51).

Por esse prisma, será que os universitários e assistentes sociais portadores de valores religiosos se sentem representados com os marcos legais da profissão, no que corresponde ao projeto ético-político, Código de Ética Profissional de Serviço Social (1993), Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/93), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO)?

Refletindo sobre isso, Netto (1999, p. 04) pontua que os projetos profissionais são constituídos por um sujeito coletivo, no que toca ao corpo ou categoria, que não incorpora somente os profissionais de Serviço Social de campo ou de prática. Porém, precisa ser compreendido como um conjunto de atores sociais que dão materialidade à profissão. Elenca-se, nesse contexto, os profissionais, instituições, entidades político-organizativas – CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO –, estudantes de Serviço Social, pesquisadores, professores e sindicatos.

É bom que se recorde que o projeto profissional é produto de uma construção derivada de um universo heterogêneo, tendo em vista que os sujeitos sociais que o compõem são divergentes nas origens, condições, posições, esperanças, intelectos, condutas e preferências quanto à teoria, ideologia e política, dentre outros (NETTO, 1999, p. 05).

Nessa perspectiva de diferentes pensamentos e disputas de discursos para a constituição do projeto profissional, não é viável a existência de colocações e

práticas revestidas de uma certa moralidade religiosa⁴. Para que, desse modo, haja o respeito ao projeto ético-político profissional e sua direção social, sobretudo para a democracia, socialização de direitos e informação, cidadania e justiça social para a classe trabalhadora, como já pensaram a Barroco e Terra (2012).

Nessa contribuição de pensamento, Barroco (2011, p. 212) expressa que “a re-atualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo teórico e técnico e pela fragilização de uma consciência crítica [...]”.

Conforme argumenta Abreu (2011, p. 135), os princípios fundamentais do trabalho de assistentes sociais devem se repousar numa pedagogia emancipatória das classes sociais, porquanto a socialização de informações do referido profissional interfira na subjetividade de seus usuários, no quesito de constituição de uma nova cultura, que ultrapasse o conformismo presente numa sociedade dividida em classes.

Vis-à-vis, Barroco e Terra (2012) apregoam sobre a relevância de assistentes sociais materializarem os princípios do Código de Ética Profissional do Serviço Social, essencialmente nos princípios mais relevantes no presente debate:

VI – Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. [...]. XI – Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/da, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (BARROCO; TERRA, 2012).

Com vistas ao alcance de tais conquistas árduas do corpo profissional de assistentes sociais, como a construção de um Código de Ética (último em 1993), a Lei de Regulamentação (8.662/93), Congressos e entidades político-organizativas engajadas na luta em prol da democracia, diante de um cenário banhado pelo

⁴ Deixa-se claro que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, há a liberdade religiosa e laicidade do Estado. Dessa forma, cada sujeito social pode se direcionar para a religião desejada. A defesa deste trabalho se vincula ao momento em que a religião se impõe sobre o trabalho profissional e aos princípios ético-políticos. Nesse construto, compreende-se que a escolha por uma religião pertence à esfera privada da vida, o que significa que os sujeitos não devem impor suas crenças e valores religiosos na esfera pública. (Ver: BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20. Jun. 2019).

avanço do neoconservador e neoliberal, ressalta-se, como bem advoga Netto (1999, p. 09-10), a denúncia da categoria profissional contra o conservadorismo arraigado no Serviço Social, a partir do Movimento de Reconceituação ancorado na teoria social crítica de Marx.

Como se observa, a cultura profissional colide em contraposição à hegemonia política, tendo em vista que a mesma busca direcionar as ações estratégicas da profissão. Desse modo, o enfrentamento contra o conservadorismo, para ter um maior aproveitamento, necessita de profissionais ousados, nos sentidos cívico e intelectual, para estarem à frente dos debates e impasses sócio-político (NETTO, 1996).

Nessas análises, Faleiros (1985) destaca a importância de profissionais de Serviço Social em manter a capacitação atualizada e permanente para analisar e problematizar o espaço institucional e sua autonomia, inserida numa correlação de forças. Acrescenta-se a ambição profissional em saber propor alternativas e estratégias de trabalho, sem cair no pragmatismo e na cotidianidade.

Perante aos elementos demonstrados, é relevante a participação de assistentes sociais e estudantes em espaços públicos para problematização, debates e discussão sobre os perfis e práticas de profissionais de Serviço Social, considerando os moralismos religiosos e culturais envolvidos no cotidiano. Além disso, o trabalho profissional precisa se alinhar tanto à dimensão ético-política, como técnico-operativa e teórico-metodológica, com a finalidade de intervenções qualificadas, bem como a sua articulação com os atores sociais – movimentos sociais, da categoria profissional e usuários.

Considerações finais

Face ao exposto, com a intensificação da modernidade e das mudanças na conjuntura do país, alteraram-se as relações sociais, crenças e culturas dos indivíduos. Ocorreu um movimento de convertidos pelo prisma religioso, com o aumento de seguidores pentecostais e evangélicos, apostando que é na religião que iriam encontrar auxílio e segurança frente aos rebatimentos do capital.

No entanto, considera-se que o espaço social possui conflitos e a busca pelo poder coaduna com a dominação e o moralismo religioso que incide nos seus seguidores. Essa variável assinalada pode perfazer a continuidade do conservadorismo e dos princípios religiosos no Serviço Social. Todavia, pontua-se que os sujeitos sociais não seguem de forma cega uma religião, já que possuem liberdade nas suas decisões.

Dos fatores que foram recortados, é necessário esboçar os principais: a) o neoconservadorismo favorece a consolidação de valores e normas comportamentais associados à tradicional ideologia patriarcal; b) os dogmas e doutrinas nos seus vieses fundamentalistas passam a se constituir em potenciais obstáculos à materialização da vertente teórico-metodológica marxista na formação e profissão de assistentes sociais através dos anos de 1980 e inspiradora do Projeto Ético-Político em curso da categoria; c) as variáveis de classe, raça-etnia, gênero, religião e política precisam ser fomentadas na reflexão da formação e trabalho de assistentes sociais, enquanto questões atravessadas pela ideologia individualizante, conservadora e fundamentalista, que interfere também no Serviço Social, comprometendo a direção social e política do corpo profissional.

Diante disso, até qual ponto os princípios religiosos persistem em continuar em disputa com os princípios ético-políticos da profissão? Tendo em vista que os sujeitos sociais, através da socialização primária e secundária, carregam consigo o moralismo religioso, numa subjetividade de cunho individualista?

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20. Jun. 2019.

ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e o movimento de construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas. In: **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. – 4 . ed. – São Paulo: Cortez, p. 128-163, 2011.

BARROCO, M. L.S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. CFESS, Brasília, maio 2005.

DUTRA, Patrícia Vicente. **A Presença da Religião no Exercício Profissional de Assistentes Sociais**. In: Anais do I Congresso Internacional da Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos, II Seminário de Território e Gestão de Políticas Sociais e I Congresso de Direito a Cidade e Justiça Ambiental. Londrina (PR), p. 01-12, jun. 2015. Disponível em: http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo4/oral/53_a_presenca_da_religiao....pdf. Acesso em: 7 mar. 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber Profissional e Poder Institucional**. São Paulo: Cortez, 1985, p. 29-56.

MAIA, Tatiane Simões; SILVA, Claudia Neves da. **Religião e Religiosidade na Contemporaneidade**: Um Tema de Investigação para a História das Religiões e Religiosidades. (Apresentação de Trabalho/Congresso), 2011. p. 2850-2858.

NERIS, Wheriston Silva. **Bourdieu e a Religião**: aportes para (re)discussão do conceito de campo religioso. In: X Simpósio da ABHR. Assis/SP, v. X., 2008, p. 01-17.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional. 1999, p. 01-22. Disponível em: <http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf>. Acesso em: 07 de Março de 2018.

_____. Transformações societárias e Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n.º 50, ano XVII, p. 87-132, abril. 1996.

PORTELLA, Rodrigo. Discurso Religioso, Legitimidade e Poder: algumas considerações a partir de Bourdieu, Foucault, e Heller. **Fragmentos e Cultura**, Goiânia, v. 16, n. 7/8, p. 567-576, jul./ago. 2006.

ROSENDAHL, Zeny. Território e Territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da Religião. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**: Universidade de São Paulo, 2005, p. 12928-12942.

SANTANA, Anabela Maurício de; MATOS, Cândida Margarida Oliveira. A Influência da Socialização Religiosa e do Gênero no Universo Acadêmico. **Interfaces Científicas – Humanas e Sociais**, Aracaju (SE), n. 4, n.1, p. 44-53, out. 2015.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Contextualizando o Serviço Social no Processo Histórico Brasileiro. In: **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 4. ed., 2007.p. 23-64.

SIMÕES, Pedro. Por que Estudar o perfil profissional? **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 45-61, 2008.

_____. Religião e Política entre Alunos de Serviço Social (UFRJ). **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, 27(1): 175-192, 2007.

_____. Base de Valores. **Gênero, origem social e religião**: os estudantes de serviço social do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: E-papers, 2009. p. 87-123.